



No âmbito das comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, temos tido a oportunidade de ler, ver e ouvir um conjunto de artigos que nos ajudam a compreender a evolução e transformação que o nosso país teve nestes últimos 50 anos.

Transformações e mudanças que alteraram transversalmente a sociedade portuguesa em todos os domínios, sejam eles económicos, sociais, culturais, educacionais, etc.

Hoje, Portugal está muito longe do Portugal que acabava de sair de uma ditadura de 48 anos e de mais de 10 anos de uma economia de guerra.

Esta evolução deve-se a múltiplos fatores, uns externos, tais como a entrada de Portugal na União Europeia, o que constituiu, provavelmente, o maior impulso para esta mudança, e outros internos, destacando, entre estes, a vontade da população em querer, corajosamente, alterar o seu destino, sendo capaz de transformar a resistência em inconformismo, deixando de abraçar a resignação que era capaz de ver na obediência, na pobreza e na humildade as principais virtudes morais e sociais.

Permitam-me destacar a área em que são inequívocas as alterações na nossa sociedade. **A liberdade.**

A liberdade em todas as suas vertentes. Hoje estamos num país progressista ao nível dos direitos, liberdades e garantias dos seus cidadãos, não ficando, neste aspeto, atrás dos países ditos mais desenvolvidos do mundo.

São inequívocas as alterações relativamente aos direitos de personalidade, ao casamento e divórcio, às escolhas pessoais, à privacidade de cada cidadão, à não discriminação, em função das suas opções culturais, religiosas, políticas, sexuais, etc.

Não nos iludamos. Não se pense que tudo está feito e garantido.

Não está, e é preciso estar vigilante e continuar a acompanhar as alterações sociais que o mundo vai tendo. Nunca podemos perder de vista a liberdade, nem podemos cometer a tentação de a considerar um simples meio para alcançarmos qualquer outra coisa por muito importante que seja, não, a liberdade tem de ser sempre um fim em si mesmo

Caras e caros munícipes

Se, por um lado, destaquei a liberdade como um baluarte destes 50 anos, afirmando o orgulho de sermos um dos países do mundo com o regime menos imperfeito de todos, a democracia liberal, permitam-me que, quase paradoxalmente, aponte pela negativa a forma como a nossa prática democrática se desenvolveu durante estes 50 anos.

Portugal apresenta hoje, quase 5 décadas depois das primeiras eleições legislativas, as mesmas práticas democráticas que foram instituídas com a constituição saída da revolução e legislação subsequente, com apenas 3 exceções relevantes, que são a introdução das consultas populares ou Referendos, as candidaturas de Grupos de Cidadãos eleitores nas autarquias locais e a universalização do voto em mobilidade.

Relembro o discurso do Sr. Presidente da Assembleia, no Feriado Municipal, que nos dizia:

“a Democracia é o exercício do poder pelo povo, o que, na prática, corresponde ao direito de votar”.

Apesar de sermos um país que passou de um analfabetismo superior a 25% para uma taxa inferior a 4%, continuamos, hoje, a votar exatamente da mesma forma que em 1975.

Apesar de termos um nível elevado de utilização das novas tecnologias, não podemos ainda optar pelo voto eletrónico, mesmo que de forma voluntária.

Apesar de não existir, hoje, qualquer organização administrativa ao nível dos distritos, continuamos a utilizar os mesmos círculos eleitorais, como se os distritos ainda continuassem a ter alguma relevância.



Hoje, apesar de em todos os atos eleitorais se abordar a necessidade de fazer uma revisão da lei eleitoral, de modo a que, por exemplo, se acabe com os milhares de votos desperdiçados, nunca se conseguiu chegar a consenso.

Como país, apesar de criarmos estruturas intermédias de governação, como são as comunidades intermunicipais, decidimos que os seus órgãos são eleitos de forma indireta.

Apesar de termos um nível de qualificações incomparavelmente superior ao ocorrido em meados de 70 e de termos uma lei do referendo desde a década de 90, apenas por 3 vezes fomos chamados a decidir por esta via.

Hoje, tal como no passado, apesar de acharmos que os eleitores têm discernimento para realizarem 3 eleições simultâneas para as autarquias locais, para além deste caso, não é legal a realização de várias eleições e/ou referendos em simultâneo.

Relativamente ainda às autarquias locais, temos a bizzarria da eleição para os órgãos municipais ser a única em que o órgão executivo é eleito em eleição diferente do órgão deliberativo, como sempre ocorreu.

Entendamo-nos:

o ideal é o que ocorre para a Câmara e assembleia municipal ou é o que ocorre, a nível nacional, para o Governo e assembleia da república e, a nível local, para as assembleias e juntas de freguesia?

Transversal a muitas das limitações assinaladas transparece uma ideia de menorização dos eleitores e das suas capacidades.

Talvez seja por isso que continua, hoje, a não ser possível apresentar candidaturas não partidárias nas eleições legislativas, o que conduz a uma discriminação entre militantes e não militantes, não tendo todos os portugueses os mesmos direitos, pois uns podem ser eleitores e eleitos e os outros simples eleitores.

Como que a confirmar esta menorização das capacidades dos eleitores portugueses, constata-se o facto de nunca termos sido chamados a pronunciarmo-nos coletivamente sobre os grandes temas da construção Europeia, pois nem referendámos a entrada de Portugal na União Europeia, nem a adesão ao Euro nem a qualquer tratado europeu.

Até se poderá compreender que em sociedades, como aquela que tínhamos quando saímos da ditadura, com uma baixa maturidade democrática e reduzida formação, tal possa acontecer. Mas Portugal já não é esse país.

Mudámos.

Os eleitores portugueses revelam hoje uma grande maturidade, pois são capazes de comparecer em maior número nos atos eleitorais que consideram mais decisivos e relevantes e, assinale-se, não votam sempre da mesma maneira, distinguindo os diferentes atos eleitorais e decidindo o seu voto também pelos programas e perfis dos candidatos e não apenas pelo símbolo do partido.

Compreendo que o contexto sociopolítico na década de 70 exigia mecanismos que tornassem os órgãos estáveis e que acautelassem a desconfiança e os receios naturais de quem sai de um longo período de obscuridade e de partido único.

Mas hoje comemoramos os 50 anos da queda da ditadura.

Será que o edifício legal da nossa forma de exercer a democracia é assim tão perfeito?

Caríssimos Municípes

Referi que, nesta prática democrática, as candidaturas dos grupos de cidadãos eleitores nas autarquias, são uma lufada de ar fresco. Mas será esta uma prática igualitária e justa?



Hoje, as candidaturas dos partidos e dos grupos de cidadãos eleitores são desequilibradas nas exigências que cada um tem de cumprir, desde logo porque um partido não necessita de ter qualquer implantação local para apresentar a sua candidatura, uma vez que nem os candidatos necessitam de residir nessa autarquia.

Esta realidade dos Movimentos não partidários tem sido mal-entendida e mal-aceite pelos putativos defensores da democracia e da liberdade, ou seja, os partidos tradicionais que nesta sala e em outros fóruns questionam permanentemente a nossa legitimidade democrática e nos dirigem expressões depreciativas tais como:

“a opacidade dos Movimentos independentes”,

“os movimentos populistas”,

”os movimentos dos quais não se conhece a sua ideologia”

ou ainda “os falsos independentes”.

Não subestime os Movimentos.

A data que hoje comemoramos não se deve a qualquer força partidária, deve-se a um Movimento, deve-se ao MFA - Movimento das Forças Armadas.

Um conjunto de cidadãos livres sem qualquer inspiração partidária e, na sua maioria, sem qualquer pretensão política, que decidiram unir-se para alterar o estado das coisas ou, no dizer de Salgueiro Maia, “o estado a que isto chegou”.

Agora, a construção da democracia com todas as suas virtudes e defeitos, essa sim, deve-se, quase exclusivamente, aos partidos políticos.

Minhas senhoras e meus senhores

Aquilo que hoje aqui gostaria de deixar claro é que temos muito para evoluir e inovar na expressão prática da democracia.

Não quero dizer que se mude tudo e de uma vez, mas é importante que inovemos também nesta área, que haja a coragem de levar a modernidade, que todos dizem defender, também à vivência da democracia, para que esta, pela contínua atualização, se possa fortalecer e que continue a ser “o povo quem mais ordena”.

A democracia tem de ir ao encontro dos cidadãos. Necessitamos de sentir que decidimos, não apenas que escolhemos quem decide por nós.

Precisamos de assumir a responsabilidade coletiva pelas escolhas que fazemos.

Precisamos de diminuir a insatisfação crescente e o conseqüente distanciamento entre o eleitor e o eleito.

É importante que quem considere ter algo a dar e reúna condições, se possa apresentar aos portugueses sem que necessite de se submeter à lógica partidária.

É urgente que todas as candidaturas respondam às mesmas exigências formais.

Sem pôr em causa o papel insubstituível dos partidos, é necessário que alguns não se transformem na federação dos revoltados que levem os eleitores a votar cada vez mais pela negativa.

Devemos fazer tudo para que os eleitores possam votar pela positiva, sentindo-se parte integrante de uma construção evolutiva, substituindo a lógica da rejeição pela da adesão.



Caros Jovens, termino com uma palavra que vos é dirigida.

Temos hoje o exercício da democracia que foi construída pelos vossos avós, a quem muito devemos, mas que a minha geração não soube ou não quis modernizar, mas é necessário avançar.

É necessário dar prioridade a este tema, é urgente atualizar e fortalecer a nossa prática democrática.

Está também nas vossas mãos.

Convido-vos a serem exigentes e determinados na luta pelo protagonismo do cidadão.

Viva o município de Ílhavo. Viva o 25 de Abril. Viva Portugal e os portugueses.

Ílhavo, 25 de abril de 2024

Grupo Municipal do Movimento de cidadãos "Unir Para Fazer"

José Pinto Reis

(Intervenção na Sessão Extraordinária Evocativa do 50.º Aniversário do 25 de Abril de 1974)